



Senado aprova novo prazo para repatriação de recursos

Políticos e parentes permanecem impedidos de regularizar recursos não declarados mantidos no exterior

Foi aprovada no Plenário abertura de novo prazo para repatriação de recursos mantidos no exterior. Os senadores mantiveram o substitutivo da Câmara sem alterações. O texto vai para sanção presidencial. O prazo para repatriação passou de 38 para 120 dias, a contar da regulamentação pela Receita. O patrimônio será aquele em posse do declarante em 30 de junho de 2016. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo o texto aprovado pelos senadores, 46% do valor arrecadado com multa será repartido com estados e municípios por meio dos fundos de participação



Geralldo Magela/Agência Senado

Quatro comissões dão início aos trabalhos

Foram instaladas ontem quatro comissões permanentes do Senado. A Comissão de Relações Exteriores será presidida pelo senador Fernando Collor; a de Direitos Humanos e Legislação Participativa, pela senadora Regina Sousa; a de Educação, Cultura e Esporte, pela senadora Lúcia Vânia; e a de Assuntos Econômicos, pelo senador Tasso Jereissati. **4**



Geralldo Magela/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

Mais 6 colegiados permanentes da Casa serão instalados hoje **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Collor, Regina, Lúcia Vânia e Tasso foram eleitos ontem para presidir quatro comissões do Senado neste e no próximo ano

PEC que facilita repasse de emendas a estados volta para comissão **3**

Eunício: anistia ao caixa dois não está em discussão no Senado **2**

Visitas ao Congresso estão suspensas até amanhã

O programa Visite o Congresso será suspenso hoje e amanhã, em razão de manifestações que devem ocorrer na Esplanada dos Ministérios. A medida visa garantir a continuidade dos trabalhos na Casa e a segurança dos funcionários.



Felipe Bara/Agência Senado

Critérios de rateio entre os empregados serão definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho

Lei regulamenta distribuição de gorjeta

Sancionada na segunda-feira pelo presidente Michel Temer, lei obriga bares e restaurantes a distribuir a gorjeta e a taxa de serviço entre os trabalhadores. O texto tem

origem em projeto aprovado pelo Congresso Nacional e foi sancionado sem vetos. A lei esclarece que o valor da gorjeta não pertence aos empregadores. **3**

Anistia ao caixa dois “não está na pauta”, diz Eunício

Presidente do Senado, que hoje se reúne com Temer para discutir novo modelo eleitoral, garantiu que a anistia a doações não declaradas não será tema do encontro nem está em discussão na Casa

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, declarou ontem que a anistia a delitos ligados ao caixa dois em eleições “não está na pauta” da Casa. Ele se pronunciou ao ser questionado por jornalistas na saída de uma reunião com os líderes partidários.

Eunício foi convidado pelo presidente Michel Temer para reunião hoje no Palácio do Planalto para tratar da criação de um novo modelo político-eleitoral para o país. Também foram convidados os presidentes do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, e da Câmara, Rodrigo Maia.

Questionado pela imprensa se a intenção da reunião é viabilizar no Congresso a aprovação de mecanismo para descriminalizar o caixa dois (recursos de doação não contabilizada nas prestações



Eunício diz que modelo eleitoral é arcaico e que é preciso mudar regras para 2018

de contas ao Tribunal Superior Eleitoral), Eunício disse que mudanças nas regras eleitorais para 2018 são necessárias.

— Todos sabemos que esse modelo eleitoral é um modelo arcaico, que gerou diversos problemas. É necessário, neste momento de discussão e reformas que estamos tratando no

Congresso, que a gente inclua essa pauta, que é a pauta da legislação eleitoral que temos que aprimorar para as eleições de 2018. Há vários debates com relação a isso. Mas neste momento não está na pauta do Senado nem na pauta da discussão com o presidente Temer — afirmou.

Comissões de MPs começam a funcionar

As comissões das MPs 765 e 766 foram instaladas ontem. A primeira, que muda remuneração e carreira de servidores, será presidida pelo deputado Hiran Gonçalves (PP-RR) e relatada pelo senador Fernando

Bezerra Coelho (PSB-PE). A segunda, que cria o Programa de Regularização Tributária, será presidida pelo senador Otto Alencar (PSD-BA) e relatada pelo deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG).

Lídice comemora inauguração do Centro de Inovação do Cacau

Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou a inauguração do Centro de Inovação do Cacau, em Ilhéus, que, segundo ela, fortalecerá a cadeia produtiva do cacau. Ela pediu a votação de projeto que estabelece o mínimo de 35% de amêndoa de cacau no chocolate brasileiro. O índice poderá dar competitividade ao produto no mundo, disse. A senadora defendeu a criação do selo Chocolate do Sul da Bahia.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ângela quer inclusão de Roraima no sistema nacional de energia

Ângela Portela (PT-RR) se disse decepcionada com a exclusão de Roraima do pacote de investimentos em redes de transmissão de energia elétrica em 17 estados anunciado pelo governo. Ela lamentou que o estado seguirá fora do sistema, apesar de o governo já ter prometido solução. Segundo Ângela, são cinco anos de atraso no fim da obra que ligará Roraima ao sistema nacional.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Nota à imprensa

O Senado Federal recebe com absoluta serenidade e confiança na Justiça o envio ao Supremo Tribunal Federal dos pedidos de investigação relacionados a alguns de seus integrantes.

Pedidos de investigação não convertem investigados em réus nem são sentenças proferidas. Há que se obedecer e respeitar o amplo direito de defesa, uma das mais sólidas pedras basulares do Estado democrático.

O Judiciário terá instrumentos de apuração, maturidade e firmeza para distinguir mentiras ou versões alternativas e a verdade dos fatos.

Assessoria de Imprensa

Presidência do Senado Federal

Vanessa Grazziotin pede que Câmara vote revogação de cobrança por mala

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou ontem a liminar que susta a norma da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que permite às empresas aéreas cobrar pelo despacho de bagagens.

Mas, para ela, é importante que a Câmara dos Deputados vote a proposta já aprovada no



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado que revoga a regra (PDL 89/2016), pois esse tipo de iniciativa deve ser tratada por projeto de lei, e não por decisão de agência reguladora.

Ela ressaltou ainda que a cobrança pelas malas não vai resultar em mais competição no mercado nem em queda nos preços das passagens.

Companhias aéreas cobram preço alto por passagem, afirma Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) protestou ontem contra a resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que autorizou a cobrança por bagagens despachadas em voos. Para ele, o governo mostrou submissão ao lobby das empresas aéreas ao tentar derrubar a liminar que sus-



Jefferson Rudy/Agência Senado

pendeu a cobrança. Humberto disse que as companhias já cobram preços altos e não darão contrapartidas ao consumidor pelo custo extra da bagagem. Ele ainda criticou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que não pôe em votação o projeto que anula a resolução.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Presidente e vice

8h30 Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice.

CAS Início dos trabalhos

9h A comissão abre os trabalhos e elege presidente e vice.

CDR Eleição

9h30 Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice.

CI Instalação

9h45 A comissão abre os trabalhos com eleição de presidente e vice.

CCJ União estável

10h Sabatinas de Maria Tereza Gomes, indicada para o CNJ, e de Gustavo Rocha, para o CNMP e votação do substitutivo sobre união estável entre pessoas do mesmo sexo.

SENADO DO FUTURO Instalação

11h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice.

PLENÁRIO Banda larga

14h Sessão deliberativa. Na pauta, projeto que veda limite a banda larga.

MP 752/2016 Contratos de parceria

14h Audiência pública para discutir a medida que dispõe sobre a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria.

MP 751/2016 Cartão Reforma

14h30 Reunião para apreciação do relatório da MP que cria o programa Cartão Reforma.

MP 755/2016 Fundo penitenciário

14h30 Apreciação do plano de trabalho da comissão mista responsável pela MP que permite transferência direta de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional aos estados e ao Distrito Federal.

CRA Presidente

14h30 Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Novo prazo para repatriação segue para sanção

Senadores decidiram manter o substitutivo aprovado pela Câmara sem alterações. Políticos e seus parentes continuarão não podendo aderir ao programa, como no ano passado

OS SENADORES APROVARAM ontem em Plenário o projeto que reabre o prazo para repatriação e regularização de ativos (bens, valores e créditos) mantidos no exterior e não declarados. A proposta foi aprovada, em votação simbólica, na forma do substitutivo da Câmara (SCD 1/2017) ao PLS 405/2016. O texto segue agora para sanção presidencial.

No ano passado, o governo arrecadou cerca de R\$ 46 bilhões com a repatriação. Esse valor estimulou a reabertura do prazo para os que não conseguiram aderir ao programa. Governadores de estados em grave crise financeira pediram à Câmara e ao Senado urgência na aprovação do projeto.

De acordo com o texto, o prazo passou de 38 para 120 dias, que serão contados a partir da data de regulamentação pela Receita Federal. O patrimônio a ser declarado será o constante em 30 de junho de 2016. A data prevista no texto inicial era dezembro de 2015.

A tributação total também mudou. Enquanto a primeira versão aprovada no Senado previa 17,5% de Imposto de Renda e 17,5% de multa, o novo texto estabelece 15% de imposto e 20,25% de multa. Do valor da multa, 46% serão re-



Senadores aprovam no Plenário mudanças feitas pelos deputados, como prazo maior para repatriação

partidos com os estados e os municípios por meio dos fundos de participação (FPE e FPM). O texto antigo previa 49%.

Para quem aderiu ao programa de regularização até 31 de outubro passado, o texto permite complementar a declaração. Para as novas adesões, a cotação do dólar a ser usada para conversão dos valores dos bens será desvantajosa em relação à primeira versão do programa, quando foi usada a cotação de 31 de

dezembro de 2014, de R\$ 2,656. A nova cotação é de R\$ 3,21, o que aumenta a base de cálculo para aplicação do tributo.

Ao aderir ao regime, o contribuinte será anistiado de crimes tributários relacionados aos valores declarados, como sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Um dos pontos mais polêmicos do projeto era a autorização para que cônjuges e parentes de políticos com

mandatos aderissem ao programa. A lei que valeu para a repatriação do ano passado proibiu a adesão de detentores de cargos, empregos e funções públicas de direção ou eletivas, bem como a de seus cônjuges e parentes até segundo grau. O Senado, ao analisar a nova proposta, retirou do texto a proibição a cônjuges e parentes.

Mas os deputados decidiram manter intacto o artigo da lei. Assim, permanece proibida a possibilidade de parentes de mandatários e agentes públicos regularizarem ativos mantidos no exterior.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), desistiu de apresentar destaque para alterar uma das modificações dos deputados que excluíram a possibilidade de os não residentes no Brasil em 30 de junho de 2016 aderirem ao programa. Pelo texto do Senado, isso seria possível se essas pessoas tivessem sido residentes ou domiciliadas no país em qualquer período entre 2010 e 2016. Jucá disse que a questão poderá ser regulamentada pela Receita futuramente.

O único a registrar posição contrária à aprovação foi Reguffe (sem partido-DF).

(Com Agência Câmara e Agência Brasil)

Renan critica distribuição de comissões de MP entre partidos

O líder da bancada do PMDB, Renan Calheiros (AL), disse que o critério da proporcionalidade partidária não vem sendo respeitado, fazendo o PMDB do Senado ficar com poucos cargos nas comissões mistas criadas para a análise de MPs.

Para Renan, o PMDB teria direito a mais presidências e relatorias além das que já foram designadas. Ele acrescentou que “o governo agora colocou um líder, um deputado, que está distribuindo presidências e relatorias” das comissões mistas.

— Hoje eu recebi os cálculos da proporcionalidade. É uma proporcionalidade fabricada, que não respeita nenhum critério — reclamou.

O líder do governo no Senado e vice-líder no Congresso, Romero Jucá (PMDB-RR), concordou com a queixa de Renan.

Em resposta, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, pediu à Secretaria-Geral da Mesa que faça novos cálculos para a proporcionalidade, com base nas bancadas do início desta sessão legislativa.

Roberto Requião (PMDB-PR) lamentou não ter sido indicado por seu partido como membro titular de nenhuma comissão permanente:

— Eu me sinto um estranho no ninho [na bancada do PMDB]. Fui excluído das comissões depois de seis anos de mandato de senador.

Lei sancionada regulamenta rateio de gorjeta e taxa de serviço

Bares e restaurantes terão que distribuir a gorjeta e a taxa de serviço entre os trabalhadores. É o que determina a Lei 13.419/2017, sancionada na segunda-feira pelo presidente Michel Temer. A lei entra em vigor em 60 dias.

O texto tem origem em projeto aprovado pelo Senado em dezembro de 2016 e pela Câmara em fevereiro deste ano (PLC 57/2010). Foi sancionado sem vetos.

Pela nova lei, considera-se gorjeta não só a importância espon-

taneamente dada pelo cliente ao empregado, como também o valor cobrado como serviço ou adicional para ser distribuído entre os empregados.

O texto fixa que a gorjeta não é receita própria dos empregadores; destina-se aos trabalhadores e será distribuída integralmente a eles, segundo critérios de custeio e rateio definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

O pagamento da gorjeta ou taxa de serviço continua a critério do cliente.

Na pauta, PEC que veda medida provisória que altera contratos

Ficou para hoje a votação no Plenário da PEC que impede a edição de medidas provisórias que prejudiquem o equilíbrio financeiro de contratos da administração pública. Alvo de discordâncias entre os senadores, a PEC 111/2015 ganhou ontem sessão extra de discussão.

A proposta, de Renan Calheiros (PMDB-AL), visa preservar a “segurança jurídica” para que o Estado faça investimentos de grande escala em parceria com o setor privado.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), abriu uma exceção para permitir a edição de MPs que tratem de matérias tributárias.

Proposta que favorece fundos de participação volta a comissão

Voltará para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a proposta que permite o direcionamento de recursos das emendas parlamentares ao Orçamento diretamente aos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). A PEC 61/2015, que já passou pelas cinco sessões de discussão em primeiro turno, recebeu emendas no Plenário e, por isso, terá que voltar à comissão.

Para a autora da PEC, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a iniciativa simplificaria o processo de alocação de verbas orçamentárias federais a estados e municípios.

Lasier pede votação da PEC que acaba com o foro privilegiado

O senador Lasier Martins (PSD-RS) cobrou a votação em Plenário da proposta de emenda à constituição que acaba com o foro privilegiado. A PEC 10/2013, do senador Alvaro Dias (PV-PR), foi aprovada em novembro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Lasier afirmou que o STF não tem estrutura para julgar todos os beneficiados e o resultado é a impunidade na classe política.

— Enquanto o juiz Sérgio Mouro já condenou 116 envolvidos na Lava Jato, o Supremo, até este momento, não condenou ninguém — disse.

Para Gleisi, Temer tenta “usurpar a paternidade” da transposição

Gleisi Hoffmann (PT-PR) acusou o presidente da República, Michel Temer, de tentar “usurpar a paternidade” das obras da transposição do Rio São Francisco, recentemente inauguradas na Paraíba.

A senadora ressaltou que, embora o projeto tenha começado em 2007,



no governo do PT, Temer fez discurso genérico no evento, ignorando o papel dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff.

— Uns preferem fazer gastos para o andar de cima da sociedade, quando outros se comprometem a fazer gastos para beneficiar a maioria da população — disse.

Pimentel diz que obra no São Francisco reduzirá êxodo rural

Em pronunciamento ontem, José Pimentel (PT-CE) afirmou que os críticos do projeto de transposição do São Francisco, iniciado no governo Lula, agora disputam a paternidade da obra com o PT.

Para Pimentel, a chegada das águas a regiões metropolitanas de



Fortaleza (CE) e Mossoró (RN) ajudará a reduzir o êxodo rural.

— Esse sistema permitirá uma convivência mais tranquila com a seca.

Pimentel advertiu que o Eixo Norte, entre Cabrobó (PE) e Jati (CE), está parado por problemas com a empresa vencedora da licitação.

Quatro comissões são instaladas; outras seis iniciarão trabalhos hoje

Quatro comissões permanentes do Senado foram instaladas ontem e elegeram seus presidentes e vices. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) será presidida por Fernando Collor. Na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a presidente será Regina Sousa. Lúcia Vânia comandará a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), enquanto a Co-

missão de Assuntos Econômicos (CAE) terá Tasso Jereissati como presidente.

Hoje devem ser instaladas as Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Assuntos Sociais (CAS), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Infraestrutura (CI), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Senado do Futuro.

Ontem foi anunciado o nome

da senadora Kátia Abreu para presidir a Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal. A indicação foi feita pelo PMDB.

A comissão foi criada pelo Congresso para regulamentar dispositivos da Constituição ainda pendentes e consolidar leis esparsas ou detectar normas já superadas, que não podem mais ser aplicadas.

Fernando Collor comandará Comissão de Relações Exteriores até 2018

O senador Fernando Collor (PTC-AL) foi eleito por aclamação presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE). O nome foi definido ontem, logo após a instalação do colegiado.

O vice será Jorge Viana (PT-AC), que não foi à reunião devido à morte do pai dele, Wildy Viana das Neves, na segunda-feira.

O primeiro ato de Collor à frente da comissão foi propor voto de pesar pela morte de Wildy, que foi deputado federal e prefeito de Rio Branco.

Collor informou que as reuniões ordinárias da CRE serão sempre às quintas-feiras, às 9h.

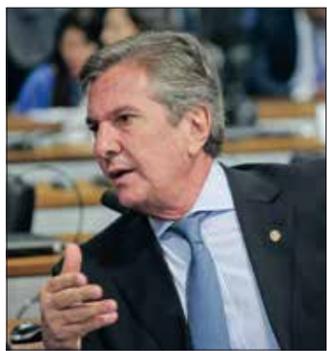
A escolha do comando da CRE havia gerado divergências entre os líderes do PMDB, Renan Calheiros (AL), e do PSDB, Paulo Bauer (SC). Na semana passada, Renan reclamou de declarações na imprensa atribuídas a Bauer sobre sua

condução na indicação dos senadores às comissões.

Segundo o peemedebista, Bauer teria dito que as comissões continuam indefinidas porque Renan estaria “reservando” a CRE para Collor.

Bauer assegurou nunca ter faltado, em suas declarações, com decoro ou respeito com qualquer parlamentar da Casa.

A CRE trata de projetos sobre relações internacionais, comércio exterior, além de sabatinar indicados para embaixadas.



Collor pede voto de pesar pela morte do pai de Jorge Viana

Regina afirma que vai lutar contra retirada de direitos trabalhistas

A senadora Regina Sousa (PT-PI) foi eleita por aclamação presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) para o biênio 2017-2018. O vice-presidente será o senador Paulo Paim (PT-RS).

Regina disse que pretende dar continuidade ao trabalho conduzido nos últimos dois anos por Paim à frente da comissão, “dando voz, visibilidade aos mais pobres e mobilizando a classe trabalhadora contra a retirada de direitos”, situação que acredita estar inserida na pauta governista.

Após a eleição, foram aprovados, a pedido de Paim, requerimentos para um novo ciclo de debates sobre propostas prioritárias do governo, como reformas da Previdência e trabalhista e flexibilização da terceirização.

Lindbergh Farias (PT-RJ) também conclamou a CDH para que mantenha o papel



Nova presidente da CDH, Regina diz que dará visibilidade aos pobres

de “resistência” e disse estar otimista de que especialmente a reforma da Previdência, na forma proposta pelo governo, não será aprovada pelo Congresso.

A pedido de José Medeiros (PSD-MT), também foi aprovada a realização de uma audiência para debater o impacto da reforma da Previdência sobre as carreiras policiais. As datas das audiências públicas serão divulgadas.

Orçamento da educação será foco de colegiado, afirma Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), que vai presidir a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) no biênio 2017-2018, deseja estimular a participação do colegiado no acompanhamento da execução das despesas e na elaboração da proposta orçamentária anual para a educação. Após ser eleita para o cargo, ontem, ela afirmou que esse cuidado é indispensável, agora que o orçamento público precisa seguir a regra do teto de gastos.

Pela regra, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação do ano anterior. Saúde e educação terão que obedecer à norma a partir de 2018. Mas não há impedimento definitivo para que os orçamentos dessas duas áreas subam acima da inflação, o que poderá acontecer desde que seja respeitado o teto global dos gastos, con-

siderando todos os setores.

— Esse vai ser o nosso grande desafio, porque será o primeiro momento que vamos fazer aqui essa análise [da proposta orçamentária] com a limitação dos gastos no Orçamento da União — disse Lúcia Vânia aos colegas.

Pedro Chaves (PSC-MS) foi escolhido vice-presidente da CE. A primeira reunião de trabalho da comissão será na terça-feira.



Senadora destaca que orçamento agora tem que seguir teto de gastos

Tasso Jereissati quer analisar custo Brasil, juros e sistema tributário

A redução do custo Brasil, da burocracia e dos *spreads* bancários é a prioridade da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) definida pelo novo presidente, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Eleito por aclamação ontem, Tasso anunciou a criação de duas subcomissões temáticas: uma para debater o custo Brasil (conjunto dos entraves estruturais, burocráticos e econômicos que dificulta o investimento no Brasil) e outra para analisar a tributação no país.

O novo presidente espera, com esse trabalho, oferecer uma “contribuição fundamental” para melhorar o ambiente de negócios no país. A subcomissão do custo Brasil deve trabalhar para que “a burocracia que atrapalha as empresas e os cidadãos” seja reduzida, conforme Tasso.

Outra contribuição da sub-



Tasso: CAE deve contribuir para melhoria do ambiente de negócios

comissão, de acordo com o senador, deverá ser uma ampla análise da questão dos juros, principalmente os *spreads* (a diferença entre o que os bancos pagam na captação de recursos e o que eles cobram ao conceder um empréstimo) — que, para Tasso, estão “acima do razoável” no país.

O vice-presidente do colegiado será Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Reguffe apoia criação da CPI da Previdência

Reguffe (sem partido-DF) defendeu ontem a criação de CPI para apurar se a Previdência é deficitária ou



não. Para ele, se houver rombo, é preciso saber por quais motivos isso aconteceu.

O senador sugeriu que o sistema previdenciário deveria funcionar sob o regime de capitalização, em que 80% do valor da contribuição do trabalhador fosse depositado em conta individual dele.

Paim divulga enquête sobre reformas e dívida

Paulo Paim (PT-RS) informou que foi lançada ontem a Consulta Nacional sobre Reformas e Auditoria da Dívida. Até 30 de junho, a população poderá opinar sobre as reformas da Previdência e trabalhista, privatizações e auditoria da dívida pública.



A consulta é uma oportunidade para o cidadão se manifestar, disse o senador.

Simone quer aprovar prêmio literário Manoel de Barros

Simone Tebet (PMDB-MS) pediu tramitação para projeto que cria o Prêmio de Mérito Literário Manoel de Barros (PRS 58/2014).



Ela destacou a simplicidade da obra do poeta, que faria 100 anos e foi homenageado pelo Senado na segunda.

Para ela, o prêmio, voltado à poesia, permite que o Senado possa publicar trabalhos premiados e contribuir com a literatura brasileira.

Capiberibe critica parcelamento de salários no Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) criticou o governador do Amapá, Waldez Góes, por parcelar os salários



de professores e servidores públicos, gerando instabilidade e insegurança financeira. A economia do Amapá, disse, depende da circulação de recursos do setor público.

Ele apoiou proposta de greve nacional de professores e disse que a reforma da Previdência retira direitos.